Nota para a Imprensa

27.10.2022





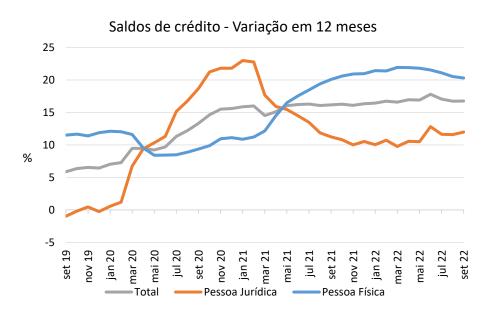
1. Crédito ampliado ao setor não financeiro

Em setembro de 2022, o saldo do crédito ampliado ao setor não financeiro alcançou R\$14,5 trilhões (153,6% do PIB), com elevação de 1,5% no mês. Esse aumento foi explicado majoritariamente pelos empréstimos do SFN no mercado doméstico (que cresceram 2,2%) e pelos empréstimos da dívida externa (expansão de 4,5%, associada à depreciação cambial de 4,4% observada no mês). Na comparação interanual, o crédito ampliado cresceu 10,7%, com relevância para os crescimentos na carteira de empréstimos do SFN (16,8%) e nas carteiras de títulos de dívida (11,2%).

O crédito ampliado a empresas atingiu R\$5,1 trilhões (54,1% do PIB), alta de 3,6% no mês, influenciada principalmente pelos aumentos de 4,4% na dívida externa e de 3,2% nos empréstimos do SFN. No período de 12 meses encerrado em setembro, a elevação de 13,3% do crédito ampliado a empresas decorreu principalmente dos crescimentos de 33,2% em títulos de dívida e de 13,3% na carteira de empréstimos e financiamentos do SFN.

O crédito ampliado às famílias atingiu R\$3,3 trilhões, equivalentes a 35,2% do PIB, em setembro, com aumentos de 2,0% no mês e de 19,3% em doze meses, em linha com o comportamento dos empréstimos do SFN.

2. Operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional (SFN)



O saldo das operações de crédito do SFN totalizou R\$5,2 trilhões em setembro, alta de 2,2% no mês, que refletiu, basicamente, incrementos de 2,6% no das operações saldo de crédito pactuadas com pessoas jurídicas (R\$2,1 trilhões) e de 1,9% no de pessoas físicas (R\$3,1 trilhões). Nas comparações com os mesmos períodos do ano anterior, o aumento no saldo total passou de 16,7% em agosto para 16,8% em

setembro. Verificou-se aceleração de 11,6% para 12,0% no crescimento interanual do crédito para empresas, em contrapartida à desaceleração de 20,5% para 20,3% no crescimento do crédito às famílias.

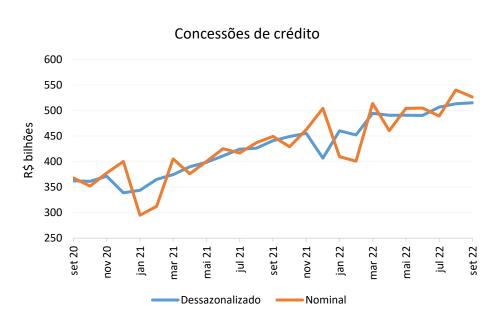
O saldo de crédito com recursos livres às empresas atingiu R\$1,4 trilhão em setembro, com altas de 2,4% no mês e de 15,9% em doze meses. Entre as principais modalidades de crédito que impulsionaram o crédito livre para pessoas jurídicas em setembro, destacou-se o crescimento das operações de desconto de duplicatas e outros recebíveis (+10,2%), influenciada pela alta sazonal de final de trimestre, bem como



as expansões em cartão de crédito total (+15,5%), financiamento para aquisição de veículos (+2,9%) e capital de giro com prazo superior a 365 dias (+0,6%).

O saldo de crédito com recursos livres às famílias atingiu R\$1,7 trilhão em setembro, com altas de 1,3% no mês e de 21,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Por modalidades, o crescimento se manteve disseminado, como nos últimos meses, com destaque para o crédito consignado para trabalhadores do setor público (+1,5%), o cartão de crédito rotativo (+5,8%), o crédito pessoal não consignado (+1,3%), o crédito pessoal destinado à composição de dívidas (+3,1%), o crédito pessoal consignado para beneficiários do INSS (+0,9%) e os outros créditos livres (+5,5%).

O saldo de crédito com recursos direcionados somou R\$2,1 trilhões em setembro, expansões de 2,8% no mês e de 13,5% em doze meses. Por segmento, as operações pactuadas com pessoas jurídicas registraram aumentos de 3,1% no mês e de 5,2% em doze meses, atingindo R\$727,2 bilhões, destacando-se as operações contratadas no âmbito do Pronampe. Nas operações com as famílias, o montante de crédito direcionado cresceu 2,6% no mês e 18,6% em doze meses, somando R\$ 1,4 trilhão.

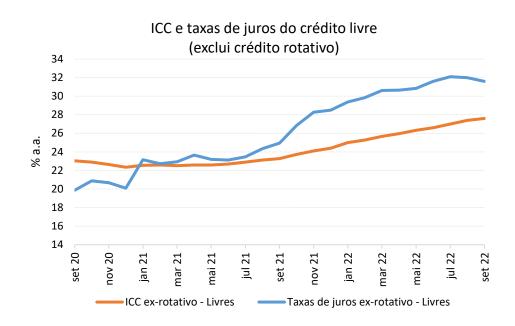


concessões totais de As crédito somaram R\$526,2 bilhões no mês de setembro, com expansão de 23,6% no acumulado em doze meses, em relação aos doze meses anteriores. Nas séries sazonalmente ajustadas, as concessões para pessoas jurídicas registraram estabilidade no mês, enquanto as concessões para pessoas físicas assinalaram aumento mensal de 1,6%.

A taxa média de juros das novas contratações de crédito atingiu 28,6% a.a. em setembro, redução de 0,2 p.p. no mês e elevação de 7,0 p.p. em doze meses. O *spread* bancário das novas contratações situou-se em 18,7 p.p. em setembro, com estabilidade no mês e acréscimo de 4,2 p.p. na comparação com o mesmo período do ano anterior.

A taxa média de juros do crédito livre alcançou 40,4% a.a. em setembro, com recuo de 0,2 p.p. no mês e acréscimo de 9,9 p.p. em doze meses. Nas novas contratações de crédito pactuadas com pessoas jurídicas, a taxa média de juros atingiu 22,9% a.a. (+0,2 p.p. no mês e +5,9 p.p. em doze meses). Nas concessões para pessoas físicas, a taxa de juros alcançou 53,7% a.a. (-0,3 p.p. no mês e +12,5 p.p. em doze meses).





O Indicador de Custo do Crédito (ICC), que mede o custo médio de todo o crédito do SFN, atingiu 21,2% a.a., elevando-se 0,2 p.p. no mês e 3,6 p.p. em 12 meses. No crédito livre não rotativo, o ICC situou-se em 27,6% a.a., com variações de 0,2 p.p. em setembro e de 4,3 p.p. em 12 meses. O spread geral do ICC aumentou 0,1 p.p. no mês, para 13,8 p.p., acumulando elevação interanual de 1,7 p.p.

A inadimplência do crédito total do sistema financeiro, que considera os atrasos superiores a 90 dias, permaneceu estável em setembro, em 2,8%. Esse resultado refletiu a elevação de 0,1 p.p. nos atrasos acima de 90 dias no crédito livre (4,0%) em contrapartida ao recuo de 0,1 p.p. no crédito direcionado (1,1%). No ano, assim como nos últimos 12 meses, a inadimplência do crédito total avançou 0,5 p.p.

O endividamento das famílias com o SFN alcançou 52,9% em agosto, o que representou queda de 0,4p.p. no mês e elevação de 3,5p.p. em 12 meses. Nas mesmas bases de comparação, o comprometimento de renda registrou elevações respectivas de 0,8p.p. e 3,9p.p., situando-se em 29,4%.

3. Agregados monetários

A base monetária alcançou R\$393,4 bilhões em setembro, recuando 0,5% no mês e 2,5% em doze meses. No mês, o volume de papel-moeda em circulação diminuiu 0,8% e as reservas bancárias cresceram 0,8%.

Entre os fluxos mensais dos fatores condicionantes da base monetária, apresentaram impacto contracionista as operações do Tesouro Nacional, R\$23,9 bilhões; as do setor externo, R\$15,2 bilhões; as de Redesconto e de Linhas de Liquidez, R\$551 milhões (operações de redesconto, +R\$13 milhões, e Linhas de Liquidez, -R\$564 milhões); e os depósitos de instituições financeiras, R\$7,8 bilhões (recolhimento de recursos de depósitos a prazo, -R\$1,4 bilhão; recebimento de depósitos voluntários a prazo, -R\$8,8 bilhões; liberação de recursos de caderneta de poupança, +R\$159 milhões, depósitos de garantia em espécie vinculadas a Linhas Financeiras de Liquidez – LFL, +R\$2,3 bilhões). Impactaram de forma expansionista as operações com títulos públicos federais, R\$30,7 bilhões (resgates líquidos de R\$74,6 bilhões no mercado primário e vendas líquidas de R\$43 bilhões no mercado secundário) e as operações com derivativos, R\$24,7 bilhões.



Os meios de pagamento restritos (M1) somaram R\$598,6 bilhões em setembro, crescimento de 0,6% no mês, resultante da ampliação do papel-moeda em poder do público e dos depósitos à vista em 1,4% e 0,1%, respectivamente. Considerando-se dados dessazonalizados, o M1 avançou 0,8% no mês.

O M2 cresceu 0,5% no mês, totalizando R\$4,8 trilhões. O saldo dos depósitos de poupança não variou no período, somando R\$995 bilhões, após resgates líquidos de R\$6,0 bilhões. O saldo dos títulos emitidos por instituições financeiras avançou 0,7%, totalizando R\$3,2 trilhões. O M3 cresceu 0,3% no período, somando R\$9,5 trilhões, refletindo o avanço de 0,6% no saldo das quotas de fundos do mercado monetário, que totalizou R\$4,5 trilhões. O M4 cresceu 0,3% no mês, alcançando R\$10,4 trilhões, com expansão de 12,2% em doze meses.

4. Estatísticas de títulos

A partir de outubro, o Banco Central passou a publicar as Estatísticas de Títulos, novo conjunto de estatísticas trimestrais que retratam os saldos de títulos de dívida, sob as óticas dos emissores e dos detentores. Essas estatísticas contribuem para uma visão mais completa sobre os instrumentos de captação e aplicação de recursos no Brasil e se alinham a iniciativas internacionais de produção e disseminação de dados. A metodologia padronizada favorece a comparabilidade internacional e o alinhamento às melhores práticas de compilação estatística. A importância desses instrumentos é ressaltada quando verificamos que os títulos de dívida já estavam compreendidos em diversas estatísticas publicadas pelo Banco Central, tais como:

- crédito ampliado ao setor não financeiro, no qual se observa a participação crescente da captação de recursos pelas empresas no mercado de capitais;
- meios de pagamento ampliados, que incluem títulos em poder do público detentor de moeda, com destaque para os títulos públicos, que possuem elevado grau de liquidez;
- dívida líquida do setor público, na qual os títulos constituem instrumento tradicional de financiamento do governo junto aos setores financeiro e não financeiro;
- posição de investimento internacional e dívida externa, estatísticas que evidenciam captações de investidores residentes e não residentes, no mercado doméstico e no mercado externo.

Portanto, as novas estatísticas oferecem um panorama completo e detalhado sobre os títulos de dívida e integram as diversas informações disponíveis sobre esses instrumentos, dispersas em outras séries estatísticas.

As estatísticas por emissores apresentam aberturas por tipo de taxa de juros (prefixadas, vinculadas à inflação, vinculadas a juros e vinculadas a ativos); maturidade original (de curto prazo, de 1 a 2 anos, de 2 a 5 anos, de 5 a 10 anos, acima de 10 anos); por moeda (nacional e estrangeira); e mercado de emissão (doméstico e internacional). As estatísticas por detentores são abertas por mercado de emissão (doméstico e internacional). Mais informações estão disponíveis no "Boxe 2 – Estatísticas de títulos de dívida" do Relatório de Economia Bancária 2021 e nos metadados das séries temporais.

As séries estão publicadas no Sistema Gerenciador de Séries Temporais do Banco Central (<u>SGS</u>), no tema "Mercados financeiros e de capitais > Estatísticas de títulos", compondo um painel de 90 séries no bloco



"Por emissor" e 13 séries no bloco "Por detentor". As séries apresentam dados trimestrais e serão atualizadas trimestralmente, com um trimestre de defasagem, podendo os dois últimos trimestres serem revisados regularmente. Como parte da política de revisões do Banco Central, tais séries podem ainda ser inteiramente revisadas nos meses de março, por ocasião da revisão anual. Excepcionalmente, na divulgação inicial, as estatísticas estão atualizadas com maior defasagem, refletindo as posições até dezembro de 2021.